



miguilim

revista eletrônica do netlli

volume 7, número 3, set.-dez. 2018

DO PROCESSO DE (RE)SIGNIFICAÇÃO TEXTUAL: OS FATORES DE TEXTUALIDADE COMO DISPOSITIVO DE ANÁLISE



FROM THE TEXTUAL (RE)MEANING PROCESS: THE TEXTUALITY FACTORS AS A DEVICE OF ANALYSIS

Rafael Da Silva MOURA
Universidade de Passo Fundo, Brasil

[RESUMO](#) | [INDEXAÇÃO](#) | [TEXTO](#) | [REFERÊNCIAS](#) | [CITAR ESTE ARTIGO](#) | [O AUTOR](#)
RECEBIDO EM 07/10/2018 • APROVADO EM 26/01/2019

Resumo

Reconhecendo a complexidade que envolve o processo de ressignificação textual, este estudo objetiva delinear um possível percurso teórico-metodológico que contribua na análise dos sentidos inscritos nos textos. A investigação se fundamenta nos estudos postulados por Koch (2004), quanto a uma concepção teórica para “texto”, e por Beaugrande e Dressler (1997), em relação aos fatores de textualidade. Analisa-se, então, o engendramento discursivo do conto *Uma mulher audaciosa*, de Ana Maria Machado, evidenciando que, no processo de ressignificação, tem-se nos fatores de textualidade um dispositivo de grande eficiência, haja vista que se fundamentam tanto em elementos constituintes da tessitura textual interna, bem como em aspectos sociodiscursivos que envolvem o texto, possibilitando, assim, uma leitura global dos sentidos projetados.

Abstract

Recognizing the complexity involved in the textual remeaning process, this study aims to outline a possible theoretical-methodological pathway that contributes to the analysis of the senses enrolled in the texts. The research is based on the studies postulated by Koch (2004), about a theoretical conception for "text", and by Beaugrande and Dressler (1997), in relation to the factors of textuality. It is analyzed the discursive engendering of the tale "An audacious woman", by Ana Maria Machado, showing that, in the process of remeaning, the factors of textuality can be used as a device of great efficiency, because they are based on the constituting elements of the internal textual composition, as well as in social and discursive aspects that involve the text, thus enabling a global reading of the projected meanings.

Entradas para indexação

PALAVRAS-CHAVE: Fatores de textualidade. Ressignificação textual.

KEYWORDS: Textuality factors. Textual remeaning.

Texto integral

INTRODUÇÃO

O estudo da língua no ambiente escolar, e até mesmo para estudiosos, fora desenvolvido, durante muito tempo, calcado apenas na análise das estruturas que fundamentavam a materialização do sistema linguístico, culminando, assim, em um estudo descontextualizado. Porém, a partir do desenvolvimento da Linguística Textual, difundiu-se a ideia de que, para se entender efetivamente a língua, e todo o processo enunciativo que se articula em torno dela, deve-se estudá-la em funcionamento, em situações reais de uso.

Logo, aquela concepção fortemente voltada a aspectos linguístico-estruturais é desbancada, dando lugar ao estudo do texto, falado ou escrito, verbal ou não-verbal, haja vista que esse dispositivo discursivo configura-se elemento basilar à efetivação da comunicação entre os sujeitos, que, inevitavelmente, interagem com textos em suas atividades sócio-interativas cotidianas, podendo ser ao dialogar com seus semelhantes, ao ler jornais, revistas, manuais, dentre inúmeros outros.

Contudo, interpretar textos adequadamente configura-se, muitas vezes, uma atividade desafiadora, posto que, como comprovam os estudos sobre o trabalho escolar com a língua e a linguagem, compreender o sentido de um texto não é privilégio de poucos indivíduos que tenham nascido com um dom específico para isso. Tampouco é por meio de inúmeras leituras que se alcança uma interpretação adequada. Isto é, a sensibilidade para a leitura deve ser

desenvolvida, já que a compreensão está associada a traços a serem observados no texto, os quais conduzem o leitor no processo de desvendar os sentidos projetados.

Diante desse contexto, este artigo se debruça sobre o complexo processo de ressignificação textual, propondo um estudo calcado nos fatores de textualidade, com o objetivo de delinear um possível caminho teórico-metodológico a ser seguido na busca pelos sentidos inscritos na profundidade discursivo-textual. A investigação se fundamenta no arcabouço teórico constituído por estudos postulados por Koch (2004), visando a definir uma concepção teórica para “texto”, e por Beaugrande e Dressler (1997), no que diz respeito aos fatores de textualidade. Com base nesse quadro teórico, analisa-se o engendramento discursivo do conto *Uma mulher audaciosa*, de Ana Maria Machado, apresentando uma possível leitura sistemática de elementos constituintes da tessitura interna e de aspectos sociodiscursivos que envolvem o conto, visando à comprovação da eficiência dos fatores de textualidade como dispositivo analítico no processo de ressignificação textual.

A apresentação deste estudo segue o seguinte percurso: inicialmente, delimita-se a concepção, aqui, assumida quanto a texto, evidenciando-o como balizador da materialização discursiva e da interação entre os sujeitos por meio da linguagem; depois, apresentam-se os fatores de textualidade, responsáveis pela constituição semântica dos textos; na sequência, após ser apresentado o percurso metodológico adotado, desenvolve-se a análise do conto supracitado, com vistas a aplicar o quadro teórico delineado; e, finalmente, são apresentadas algumas considerações quanto ao desenvolvimento e aos resultados da pesquisa.

À PROCURA DE UMA CONCEPÇÃO PARA “TEXTO”: UM MECANISMO DE INTERAÇÃO SOCIAL?

São diversos os mecanismos e recursos acionados pelos sujeitos nas relações comunicativo-interativas diárias. É notório, entretanto, que todos os recursos comunicativos utilizados, nos mais diversos campos da atividade humana, associam-se, em alguma medida, ao uso da linguagem. Nesse sentido, torna-se pertinente recorrer aos postulados bakhtinianos (BAKHTIN, 2011, p. 265), que ressaltam o fato de que “a língua passa a integrar a vida através de enunciados concretos (que a realizam); [e que] é igualmente através de enunciados concretos que a vida entra na língua”. Grosso modo, pode-se dizer, então, que os enunciados, responsáveis por materializar a língua, sendo esta um sistema abstrato de signos, são os próprios textos, orais ou escritos, mediante os quais os sujeitos interagem e se comunicam.

A comunicação humana pela linguagem, sob esse viés, ancora-se e efetiva-se por meio de textos, em vista do caráter sociodiscursivo destes, uma vez que possibilitam aos sujeitos corporificarem e projetarem seus dizeres. Ou seja, as práticas discursivas cotidianas estão íntima e inerentemente relacionadas à interação comunicativa estabelecida entre interlocutores físicos ou virtuais da atividade languageira, a qual perpassa um processo de materialização de

concepções abstrato-subjetivas e internas aos sujeitos, a partir da apropriação de um sistema linguístico e da corporificação deste em um engendramento textual. Logo, os textos são um produto da necessidade humana de se comunicar com seus semelhantes.

Inicialmente, conforme Koch (2004), textos¹ eram concebidos como uma unidade linguística superior à sentença, constituída por uma rede de referenciação e de progressão, em que aspectos linguísticos são retomados e outros inseridos, construindo um campo semântico articulado. O texto, nesse viés, pode ser considerado “uma sequência linear de lexemas e morfemas que se condicionam reciprocamente” (KOCH, 2004, p. 7), na constituição de enunciados que se sequeciam, já que os elementos linguísticos inscritos na materialidade discursiva se manifestam de maneira interligada, dando continuidade ao fio discursivo.

Com a evolução dos estudos linguísticos, e a partir de concepções pragmáticas, evidenciou-se, porém, a necessidade de se compreender a relação entre os textos e o contexto situacional no qual eles se manifestam. Isso revela um viés teórico-metodológico que concebe a língua como um sistema vivo, que deve ser observado em funcionamento, em situações reais de uso. Logo, “os textos deixam de ser vistos como produtos acabados, [...] passando a ser considerados como elementos constitutivos de uma atividade complexa, como instrumento de realização de intenções comunicativas e sociais do falante” (KOCH, 2004, p. 14).

Ressalta-se, então, que as relações sociocomunicativas, desde as mais simples e informais, até as mais elaboradas e complexas, são articuladas por meio de textos, ou seja, as ações humanas são fundamentadas e viabilizadas por meio desse material discursivo. Assim, textos configuram-se em atos de fala, os quais visam a direcionar os interlocutores em um processo ativo-reflexivo, baseando-se em ações verbais, em que produção e recepção estão intimamente condicionadas com vistas a se alcançar a efetivação da comunicação.

A constituição textual, portanto, deve-se a intenção discursiva de um locutor, que manifesta em seu dizer “instruções ao interlocutor para que realize operações cognitivas destinadas a compreender o texto em sua integralidade” (KOCH, 2004, p. 15), enquanto um material discursivo coerente e significante, para, consecutivamente, agir diante dele. Assim, ao interlocutor compete a ação de não meramente captar o conteúdo referencial do texto, mas, sim, de “reconstruir os propósitos comunicativos que tinha o falante ao estruturá-lo, isto é, o ‘para’ quê do texto” (*idem*).

Já na década de 80, fundamentos cognitivistas direcionam o estudo do texto à percepção de que toda ação é acompanhada de processamentos “de ordem cognitiva, de que quem age precisa dispor de modelos mentais de operações e de tipos de operações [linguístico-pragmáticas]” (KOCH, 2004, p. 21). O texto, por conseguinte, passa a ser visto como um produto de processos mentais, em que os parceiros da atividade languageira mobilizam múltiplos saberes em relação a diversos tipos de atividades sociocomunicativas projetadas nas relações cotidianas, bem como saberes socioculturais armazenados na memória. Os interlocutores, então, “já trazem para a situação comunicativa determinadas expectativas e ativam dados conhecimentos e experiências” (KOCH, 2004, p. 21),

embasando a produção de sentidos em saberes linguístico-pragmáticos e semântico-discursivos.

A partir de então, alicerçados em uma perspectiva sociocognitivo-interacionista, os estudos linguísticos passam a dar fundamental atenção à posição do homem enquanto sujeito que se apropria de um sistema de signos, para estabelecer uma relação comunicativo-interativa com seus semelhantes, e aos fenômenos enunciativo-discursivos relacionados a esse processo. A comunicação, por esse viés, é tida como um processo discursivo situado em um contexto sócio-histórico, calcada na relação interativa estabelecida entre parceiros do ato comunicacional, sejam eles reais ou virtuais/idealizados.

Pode-se dizer, portanto, que textos são objeto e produto da interação entre os sujeitos, sendo que o processo interativo com esse material discursivo não é uma atividade meramente receptiva, pelo contrário, há a participação ativa do interlocutor: a) primeiro, porque a imagem virtual que o enunciador faz do enunciatário intervém diretamente nas escolhas enunciativas e nas estratégias de produção do enunciado; b) segundo, porque o interlocutor, ao tomar contato com um texto, mobiliza seus conhecimentos e lança mão de sua habilidade de leitura, para, a partir do dito, desvelar os sentidos textuais implícitos. Assim, a (re)construção dos sentidos projetados depende de um processo interativo-dialógico estabelecido entre locutor, texto, interlocutor e contexto de maneira simétrica.

A Linguística textual, em suma, concebe “texto” como uma unidade complexa, estruturada por elementos linguísticos e pragmáticos, com vistas a materializar aspectos cognitivos e efetivar a interação entre interlocutores. Pode-se, então, considerar o texto um tecido estruturado e uma entidade de comunicação, produzido em um determinado tempo e espaço, para uma finalidade discursiva específica, muitas vezes visando a (re)construir uma visão de mundo e transmiti-la ao outro (o leitor ou ouvinte). Logo, enfatiza-se que nenhum texto é uma peça isolada ou uma mera manifestação da individualidade dos sujeitos, pois se constrói um texto para, por meio dele, posicionar-se diante do outro e da sociedade (KOCH, 2004).

Por fim, observa-se que essa diversidade de elementos que se articulam na produção e na recepção de textos confere complexidade à construção de um modelo teórico que dê conta da composição da tessitura textual enquanto uma unidade semântica articulada. Isso ressalta a relevância de se observar a produtividade analítica dos princípios de textualidade, os quais consideram os textos em sua globalidade, a partir do engendramento de aspectos cotextuais, contextuais e sociodiscursivos de maneira integrada, conforme se ressalta na seção seguinte.

EM FOCO: OS FATORES DE TEXTUALIDADE E A TESSITURA DISCURSIVA

Já de início, torna-se relevante acentuar que a organização da linguagem em uma tessitura discursiva não funciona arbitrariamente, pelo contrário: por ser um

instrumento associado à necessidade de comunicação, portanto um instrumento de usos sociodiscursivos, a textualidade se fundamenta em um conjunto de processos semântico-pragmáticos, em que uma mensagem é projetada a interlocutores, articulada com base na experiência humana em relação ao universo discursivo que a engloba. Logo, abordar textos em sua totalidade, reconhecendo todo o processo discursivo-enunciativo nele encapsulado, requer um procedimento metodológico que se debruce sobre a relação entre elementos enunciativo-pragmáticos internos e externos ao material discursivo.

Nesse sentido, Beaugrande e Dressler (1997) salientam que o estudo da textualidade se efetiva pela observação de padrões fundamentais para que um texto seja comunicativo. Esses padrões dizem respeito à intersecção de fatores centrados no próprio texto e nos usuários do sistema linguístico e interlocutores da atividade linguageira, bem como em elementos contextuais que envolvem o ato comunicacional. Reconhecendo, então, que os fatores de textualidade são fundamentais à constituição semântica de dispositivos discursivos que permeiam e permitem as relações humanas pela linguagem, bem como possuem propriedade de conduzir a distinção entre um emaranhado de frases e um texto propriamente dito, ressaltam-se, a seguir, algumas de suas características:

a) Coesão: inicialmente, faz-se necessário ressaltar que textos, embora não sejam meramente a soma de partes (palavras, frases etc.), resultam, sim, da articulação de elementos linguístico-semânticos, projetando diferentes níveis de responsividade entre estes. Logo, ao reconhecer que as relações comunicativas não se concretizam a partir de unidades isoladas, evidencia-se que a funcionalidade da coesão consiste em estabelecer “as diferentes possibilidades em que podem conectar-se entre si dentro de uma sequência os componentes da superfície textual” (BEAUGRANDE; DRESSLER, 1997, p. 35, tradução livre). Ou seja, a coesão manifesta-se no nível da microestrutura textual, sendo responsável pelo engendramento das amarrações de elementos internos inscritos nos textos, as quais fundamentam a tessitura da manifestação discursiva, constituindo-se, assim, em uma espécie de elo semântico entre as partes que se articulam na construção do todo textual.

A coesão, porém, não é nem suficiente, nem necessária para que um texto projete sentidos, visto que há textos totalmente interconectados, mas que não se configuram material discursivo significativo, enquanto há outros que, mesmo não apresentando conectores sintáticos, projetam sentidos plenamente completos, por meio de um elo semântico.

b) Coerência: a partir de Beaugrande e Dressler (1997, p. 37, tradução livre), pode-se dizer que a coerência “regula a possibilidade de serem acessíveis entre si e interagirem de forma relevante os componentes do mundo textual, quer dizer, a configuração dos conceitos e das relações que subjazem a superfície do texto”. Nessa perspectiva, reconhece-se que o referido fator de textualidade se manifesta no nível da macroestrutura, a partir do modo como as ideias inscritas na profundidade textual se unem e se relacionam no universo discursivo projetado pelo texto, edificando, assim, uma rede de significações articuladas, com vistas a alcançar a não-contradição entre esses elementos em uma continuidade semântica.

Logo, pondera-se que, a coerência diz respeito à globalidade textual, constituindo-se em dispositivo basilar à comunicação, uma vez que contribui para uma configuração discursiva acessível e relevante ao seu provável enunciatário. Quanto a isso, Koch (2004) enfatiza que a coerência não significa exclusivamente por si mesma, pelo contrário, ela resulta de um processo cognitivo estabelecido entre os usuários do sistema linguístico, dependendo, então, do nível de conhecimento partilhado entre os interlocutores. A autora também ressalta que esse aspecto de textualidade se fundamenta na situação de interação, vinculando-se, por conseguinte, a elementos contextuais, tais como escritor/enunciador e leitor/enunciatário, espaço e tempo enunciativo-discursivos, submetendo-se tanto ao contexto discursivo de produção quanto ao de recepção.

c) Intencionalidade: esse fator de textualidade tem sua natureza centrada no produtor do texto, que se apropria de um sistema linguístico, bem como das possibilidades semânticas por ele proporcionadas, e enuncia-se, projetando o seu dizer na instância discursiva por meio de enunciados concretos – textos. Esse processo enunciativo-discursivo é desenvolvido por um sujeito a fim de reproduzir a realidade de acordo com seu olhar individual e projetá-la ao seu interlocutor, por meio da linguagem. Nesse sentido, em conformidade com Koch (2004, p. 42), pode-se afirmar que a intencionalidade “refere-se aos diversos modos como os sujeitos usam os textos para seguir e realizar suas intenções comunicativas, mobilizando, para tanto, recursos adequados à concretização dos objetivos visados” em determinada situação comunicativa. O referido fator de textualidade, então, articula-se em torno de um projeto enunciativo idealizado pelo enunciador, que intenciona “transmitir conhecimento ou alcançar uma meta específica dentro de um plano” (BEAUGRANDE, DRESSLER, 1997, p. 40, tradução livre), que varia desde fazer-se crível diante de seu enunciatário, até provocar ações e/ou reflexões por parte deste.

d) Aceitabilidade: considerando que a comunicação apenas se configura efetiva diante de um contrato de cooperação entre os interlocutores, ressalta-se que aceitabilidade, por sua vez, refere-se à atitude do receptor, parceiro do enunciador na atividade languageira, ao interagir com determinado material discursivo. Esse fator de textualidade, portanto, manifesta-se quando os interlocutores do processo interativo aceitam a manifestação linguística do parceiro como um material discursivo coerente e que carrega consigo “alguma relevância, por exemplo, porque ele serve para adquirir conhecimentos novos ou porque lhe permite cooperar com seu interlocutor na realização de uma meta discursiva determinada” (Beaugrande, Dressler, 1997, p. 41, tradução livre). Cumpre ressaltar, por fim, que a aceitabilidade também se configura dependente da situação de recepção, fundamentando-se em valores sócio-históricos e ideológicos do contexto em que o receptor esteja inserido, o que a caracteriza como um aspecto extremamente subjetivo.

e) Informatividade: esse aspecto de textualidade não se refere a uma característica do texto em si, mas, sim, ao conteúdo inscrito na materialidade discursiva, dizendo respeito “à distribuição da informação no texto, e, por outro lado, ao grau de previsibilidade/redundância com que a informação nele contida é veiculada” (Koch, 2004, p. 41). A informatividade tem a ver com o quanto as

ocorrências projetadas em um texto são esperadas ou conhecidas pelo enunciatário, transitando, portanto, em meio às relações semânticas estabelecidas entre informações velhas e um novo conhecimento. De acordo com Beaugrande e Dressler (1997, p. 43, tradução livre), esse fator “serve para avaliar até que ponto as sequências de um texto são previsíveis ou inesperadas, se transmite informação conhecida ou novidade”.

Ressalta-se, por conseguinte, que inferir sentidos a sequências textuais com um alto nível de informatividade requer realizar um esforço maior que em relação a sequências com um baixo nível de informatividade, mas, por outro lado, costuma ser uma atividade muito mais interessante. Ou seja, um discurso menos previsível, ao constituir-se mais informativo, também possui a capacidade de prender a atenção do interlocutor, envolvendo-o no jogo discursivo circundante da atividade interativo-comunicativa. Considera-se, entretanto, que um texto inteiramente inusitado, que estabeleça poucas relações com o conhecimento prévio do interlocutor, corre o risco de ser rejeitado por este, que terá dificuldades em processá-lo.

f) Situacionalidade: esse fator diz respeito aos aspectos enunciativo-discursivos que conferem pertinência e relevância aos textos em conformidade ao contexto em que sua produção e recepção ocorrem, adequando-o à situação sociocomunicativa em curso ou passível de ser reconstruída. Nas palavras de Koch (2004, p.40), “ao construir um texto, o produtor reconstrói o mundo de acordo com suas experiências, seus objetivos, propósitos, convicções, crenças, isto é, seu modo de ver o mundo”. O interlocutor, por sua vez, atribui sentido a esse dispositivo discursivo a partir de seus próprios valores e experiências.

A situacionalidade, portanto, refere-se ao entorno sociohistórico, político e cultural em que um discurso é corporificado em forma de texto, influenciando, diretamente, em muitas decisões de textualização, como, por exemplo, os níveis de formalidade ou informalidade, o emprego de uma linguagem específica (gírias, termos técnicos), ou até mesmo o tratamento argumentativo depositado sobre a temática abordada, a fim de tornar o texto aceitável, inteligível e coerente com determinada situação comunicativa.

g) Intertextualidade: com vistas a melhor compreender esse princípio, recorre-se, inicialmente, aos pressupostos bakhtinianos (2011), os quais evidenciam que não há discursos originais, no sentido de nunca antes terem sido pronunciados. Defende-se que os discursos mantêm laços com outros já existentes/proferidos, já que sujeito algum pode ser concebido como o “Adão mítico”, que, conforme a mitologia judaico-cristã, fora o primeiro ser da humanidade, e, portanto, teria projetado o discurso original, sem sofrer influência de outros.

O referido aspecto de textualidade, portanto, refere-se a uma teia de significações estabelecida entre os textos, constituindo, assim, uma espécie de mosaico discursivo, em que um texto absorve e transforma as informações contidas em outro, manifestando um novo dizer. Nas palavras de Beaugrande e Dressler (1997, p. 45, tradução livre) “a intertextualidade refere-se aos fatores que fazem o uso adequado de um texto depender do conhecimento de outros textos

anteriores.”, tanto na produção de um material discursivo, como no processo de ressignificação do discurso de outrem.

Isso posto, observa-se que os sentidos são fundamentados em fatores linguístico-cognitivos, socioculturais e interacionais, mesmo que, dependendo do material discursivo em questão, alguns desses fatores se destaquem em relação a outros. Logo, com vistas a recuperar os sentidos inscritos na profundidade discursiva dos textos, é necessário que, no processo de ressignificação textual, esses fatores sejam observados de maneira articulada, conforme se exemplifica na seção seguinte, por meio da análise de um conto.

DELINEANDO O FIO LIGAMENTAR DA INVESTIGAÇÃO: O PERCURSO METODOLÓGICO

Neste estudo, elege-se como *corpus* o conto *Uma mulher audaciosa*, escrito por Ana Maria Machado e publicado no livro *Histórias de quadros e leitores*, que fora organizado e apresentado por Marisa Lajolo, em 2006. Ainda, com vistas a delinear um possível caminho teórico-metodológico a ser seguido na busca pelos sentidos inscritos na profundidade discursiva dos textos, seguem-se, na análise do referido conto, as concepções teóricas propostas pelos fatores de textualidade, desenvolvidos por Beaugrande e Dressler (1997) e retomados por Koch (2004). Essas concepções se fundamentam em um conjunto de processos semântico-pragmáticos e sociodiscursivos, constituindo-se dispositivo analítico capaz de proporcionar uma leitura sistemática de princípios enunciativo-pragmáticos próprios da constituição semântica interna e externa ao material discursivo com o qual se interage.

Assim sendo, cumpre ressaltar que, embora se discorra sobre os sete fatores de textualidade, será conferida maior atenção àqueles que permitem observar as relações intertextuais estabelecidas entre o conto *Uma mulher audaciosa* e o enredo do livro *Dom Casmurro*, de Machado de Assis, uma vez que essa relação é a principal condicionadora do engendramento semântico subjacente ao texto analisado. Também, pondera-se que o estudo se debruça unicamente sobre alguns trechos/recortes do referido conto, sem descrevê-lo em sua totalidade, o que não prejudica uma apresentação geral e suficiente de seu enredo, haja vista que não se objetiva refletir sobre toda a riqueza semântica projetada no referido texto.

Seguindo, portanto, o percurso metodológico delineado, bem como o cenário teórico exposto anteriormente, procede-se à análise do conto supracitado.

UMA PROPOSTA DE LEITURA BALIZADA PELA APLICAÇÃO DOS FATORES DE TEXTUALIDADE

Como ponto de partida deste processo analítico, haja vista sua finalidade, faz-se necessário enfatizar que textos não são meros produtos acabados e

estanques. Pelo contrário, esse dispositivo comunicativo pode “ser considerado o próprio lugar da interação, e os interlocutores, sujeitos ativos que – dialogicamente – nele se constroem e por ele são construídos” (KOCH, 2004, p. 30). Nessa mesma perspectiva, reconhece-se, ainda, que não haveria motivo para se manifestar linguisticamente sem ter o objetivo de interagir com um “outro”, visando a produzir uma ação, uma resposta, uma adesão, um posicionamento etc.

Assim sendo, pode-se afirmar que textos dizem respeito a um fenômeno cognitivo-discursivo, que depende da existência de um processamento linguístico-semântico articulado pelos sujeitos, tanto na situação de produção como na de recepção, desenvolvendo-se, então, em determinado contexto sociodiscursivo. Reconhece-se, por conseguinte, que, no processo de resignificação, a determinação dos fatores de **situacionalidade** e de **intencionalidade** configura-se de extrema relevância na (re)construção dos sentidos projetados nos textos.

Quanto à situacionalidade, cumpre retomar que se trata “de determinar em que medida a situação comunicativa, tanto o contexto imediato de produção, como o entorno sócio-político-cultural em que a interação está inserida, interfere na produção/recepção do texto” (KOCH, 2004, p. 40). A intencionalidade, por sua vez, pode-se dizer que se trata das intenções/motivações que movimentaram o enunciador a desenvolver determinado projeto enunciativo-discursivo (BEAUGRANDE; DRESSLER, 1997).

Diante do exposto, observa-se que a própria natureza do texto *Uma mulher audaciosa*, que se insere no gênero conto, confere dificuldade/limitações quanto ao estabelecimento de uma situação comunicativa de recepção desse material discursivo. Essa afirmação se fundamenta no fato de textos literários possuírem uma capacidade inata de transcendência, tornando-se, na maioria das vezes, atemporal. O contexto de produção do referido conto, no entanto, é facilmente recuperado, já que sua manifestação se dá ancorada a dois grandes nomes da literatura brasileira – Machado de Assis e Ana Maria Machado –, bem como seu enredo dialoga com uma das mais expoentes e conhecidas obras nacionais – *Dom Casmurro*.

Isto é, em 1999, como forma de prestar uma homenagem a Machado de Assis, Ana Maria Machado (2006) elege a complexa e semanticamente enriquecida obra machadiana, *Dom Casmurro*, que, nesse ano, completava seu centenário de publicação, com vistas a tecer um texto que, ao mesmo tempo em que estabelecesse relações com o enredo do referido romance, também provocasse reflexões quanto a questões socioculturais e da natureza humana nele abordadas, a partir de concepções e influências ideológicas proporcionadas por uma perspectiva contemporânea.

Assim, em *Uma mulher audaciosa*², a autora propõe uma releitura da obra de Machado de Assis, manifestando uma possibilidade de interpretação, posta sob uma ótica diferenciada da inscrita em *Dom Casmurro*, uma vez que apresenta a visão de Capitu – personagem que, na obra em questão, configura-se silenciada –, bem como fundamenta sua proposta de releitura nos fios soltos e brechas semânticas deixadas (propositalmente) pelo mestre das palavras em sua narrativa. Ana Maria Machado (2006), então, discorre sobre questões tratadas na obra que

lhe serve de inspiração, aproveitando, porém, para subvertê-las, em um processo de construção discursiva baseado na desconstrução dos inscritos do cânone – conforme se observa mais detalhadamente adiante, quando se discute os aspectos intertextuais articulados entre as referidas obras.

Observa-se, também, a projeção de uma **situacionalidade** e de uma **intencionalidade** na subjacência semântica do conto em análise, fazendo parte, portanto, do simulacro enunciativo-discursivo inscrito na própria encenação articulada no texto, conforme se ressalta nos trechos a seguir, em que Capitu se dirige à Sancha:

Bem imagino tua incredulidade ao receber esta carta. Seguramente me tens por morta e enterrada há mais de vinte anos. E subitamente te escrevo, da Europa, sem nem ao menos saber se estás viva ou se esta carta, afinal, te chega às mãos, visto que o único endereço que tenho é o de teus parentes no Paraná. Haveria tanto a dizer-te, sobre todas as cousas que se passaram nestes quarenta anos, contados dia a dia, desde a trágica manhã em que a catástrofe te trouxe a viuvez e deixou tua filhinha na orfandade. Inúmeras vezes compus este relato mentalmente, mas outras tantas o deixei de lado, sem saber por onde começar, nem que palavras usar para dar conta das razões que me moveram. Sei agora que tenho pouco tempo e não me cabe mais adiar. [...] As lembranças e emoções que deito ao papel não têm mais o poder de mudar o curso dos acontecimentos. Meu gesto serve apenas para trazer-me, a mim, um pouco de paz. E talvez também a ti, garantindo-te a certeza de que não guardei ressentimentos de ti (sim, eu sabia, vi os olhares entre ti e meu marido). Antes de ir-me, gostaria de despedir-me de minha tão cara amiga de infância e de te dizer que só agora parto, aos 68 anos de idade [...]. Ao leres o ocorrido, na certa entenderás que era impossível que eu me dirigisse a ti sem te magoar ainda mais. Só por isso não o fiz, apesar de todas as saudades e doces memórias. Agora, porém, a verdade é um dever. Espero que me compreendas, me perdoes como te perdoei [...]. O que seguiu à descoberta daquela noite, e que nem imaginas, tratarei de contar-te resumidamente. (MACHADO, 2006, p. 39-41).

Esse trecho inicial do conto remete o leitor mais atento ao final do romance *Dom Casmurro*, em que Capitu, acusada de adultério pelo marido embriagado pelo ciúme, fora exilada, juntamente com o filho, na Suíça. Sem direito algum a defesa, posto que não lhe é concedida voz na narrativa machadiana, Capitu finda sua vida na Europa, privada de retornar às suas origens e, conseqüentemente, conforme se pode inferir a partir dos escritos do romance, inserida na solidão e no abandono. Tal desfecho para a narrativa projetada por Bento Santiago, embora não macule seu discurso, já que não há argumentação por parte do acusado, também deixa margem a diversos questionamentos, como, por exemplo, em relação a qual seria a imagem construída de Capitu se, em vez de a conhecermos pela ótica do marido, tivéssemos contato direto com seu discurso, sem a medição de Santiago.

O mesmo excerto, porém, evidencia que Capitu, revisitada por Ana Maria Machado, mesmo que próximo ao fim de sua existência, recebe voz, podendo enunciar seu discurso em forma de uma carta direcionada à amiga Sancha, anos

após o exílio. Esse texto revela a intencionalidade da personagem de, ao revisitar suas memórias, conceder um fechamento aos acontecimentos e às relações mal resolvidas de sua vida no Brasil, que são herança de um passado conturbado, borrado por silenciamentos e mal-entendidos, bem como de esclarecer como foram seus últimos anos vividos na Europa, os quais reforçam a característica transgressora da personagem, que está muito além dos padrões femininos impostos socialmente em seu tempo.

Ou seja, a Capitu de Ana Maria Machado retoma a narrativa machadiana de natureza unilateral, que inscreve unicamente a visão subjetiva de Bentinho acerca dos acontecimentos, para, então, manifestar sua perspectiva quanto aos fatos por ele narrados. Dessa forma, a personagem recria contornos dos caminhos percorridos durante sua relação com o marido, além de inscrever aspectos que, intencionalmente ou não, foram por ele sublimados, em *Dom Casmurro*, e outros que somente ela poderia descrever, já que fazem parte de relações subjetivas e interpessoais estabelecidas por ela nos universos físico e discursivo em que estava inserida. Isso revela uma tentativa não só de resolver assuntos pendentes do passado, mas também, e talvez principalmente, de reconstruir a imagem projetada em relação à personagem Capitu, para que ela possa aproveitar seus últimos dias de vida e partir sabendo que seu discurso, ao menos, fora ouvido, libertando-se, assim, do silenciamento.

Isso posto, nota-se, em conformidade com Beaugrande e Dressler (1997, p. 12, tradução livre), que os interlocutores “produzem e recebem textos seguindo intencionalmente alguns planos cujo cumprimento lhes permitirá alcançar as metas desejadas”. Logo, a fim de tornar a atividade comunicativo-interativa efetiva, o enunciador deve tomar alguns cuidados, para que seu dispositivo discursivo seja engendrado de maneira a configurar-se significante diante de seu enunciatário. Reconhece-se, por conseguinte, que os princípios de **coerência** e **coesão**³ assumem função basilar no processo comunicacional articulado entre os sujeitos.

Os referidos fatores de textualidade compartilham da finalidade de promover a articulação semântica entre os elementos que se manifestam nos materiais discursivos projetados nas relações comunicativo-interativas, proporcionando, assim, uma conectividade textual. Há de se considerar, entretanto, que, enquanto a coesão diz respeito à produção de nexos no plano linguístico da manifestação discursiva, a coerência, por sua vez, manifesta-se no nexos estabelecido entre os conceitos projetados na profundidade discursivo-textual.

Ressalta-se, como ponto de partida, que nem sempre a coesão textual é efetivada por elementos de natureza sintática. Textos mais bem elaborados, como, por exemplo, os de natureza literária, em que se evidencia certo domínio da riqueza das possibilidades de engendramentos linguísticos, também carregam consigo a capacidade de estabelecer nexos coesivos a partir de fatores semânticos, conforme se observa no seguinte excerto:

**Bem imagino tua incredulidade ao receber esta carta.
Seguramente me tens por morta e enterrada há mais de vinte**

anos. E subitamente te escrevo, da Europa, sem nem ao menos saber se estás viva ou se esta carta, afinal, te chega às mãos, visto que o único endereço que tenho é o de teus parentes no Paraná. (Machado, 2006, p. 39 – grifos inseridos).

As duas primeiras orações inscritas nesse trecho – “Bem imagino tua incredulidade [...]” e “Seguramente me tens por morta [...] há mais de vinte anos” – são conectadas por valores semânticos: a segunda oração esclarece as razões que levaram Capitu a reconhecer a possibilidade de Sancha ter dúvidas quanto à veracidade da autoria de sua carta, uma vez que, conforme se discute mais detalhadamente a seguir, juntamente com seu filho, Ezequiel, ela tramara para que todos os seus conhecidos no Brasil, alguns anos depois de sua partida à Europa, acreditassem na veracidade de sua morte. A esse tipo de conexão, em que a amarração textual se manifesta por um viés semântico, Beaugrande e Dressler (1997) dão o nome de conexão referencial. Vale referir que essa mesma relação semântica estabelecida entre as orações dispõe da capacidade de conferir coerência aos inscritos no referido excerto, já que é natural que se institua certo estranhamento e, consecutivamente, certa desconfiança acerca de uma carta cujo remetente, há anos, fora concebido como morto até mesmo pelos seus familiares mais próximos – neste caso, marido e filho.

Ainda no trecho supracitado, também se pode identificar a projeção de elementos sintáticos de coesão, como a conjunção “e”, que insere outro enunciado à sequência daqueles citados anteriormente, complementando, assim, os motivos que levariam à incredulidade de Sancha – “**E** subitamente te escrevo, da Europa, sem nem ao menos saber se estás viva [...]”. Essa mesma funcionalidade semântica é observada em relação à expressão “visto que”, que acrescenta uma explicação ao fato de Capitu também não ter certeza de que seus escritos chegariam ao remetente pretendido, devido à falta de um endereço atualizado deste – “[...] **visto que** o único endereço que tenho é o de teus parentes no Paraná”. Esse tipo de conexão textual, por sua vez, recebe o título de conexão sequencial (Beaugrande; Dressler, 1997), haja vista que fundamenta o nexos e a articulação textual em elementos conectivos/coesivos sintáticos, conforme se enfatiza no trecho a seguir:

Inúmeras vezes compus este relato mentalmente, mas outras tantas o deixei de lado, sem saber por onde começar, nem que palavras usar para dar conta das razões que me moveram. Sei agora que tenho pouco tempo e não me cabe mais adiar. **Deixo ordens expressas para que este envelope te seja enviado após meu falecimento**, que segundo o médico não deve tardar muito. Sei, assim, que teu olhar só estará percorrendo estas linhas quando **não haverá mais resposta possível neste mundo. As lembranças e emoções que deito ao papel não têm mais o poder de mudar o curso dos acontecimentos.** (MACHADO, 2006, p. 40 – grifos inseridos).

Dentre os diversos recursos projetores de entrelaçamentos semânticos inscritos nesse pequeno e conciso trecho, salienta-se, inicialmente, a manifestação dos pronomes demonstrativos catafóricos “este” e “estas”, relacionados, respectivamente, a “relato” e a “linhas”. Esses pronomes instauram um referente ainda em construção, a carta, inserindo, ao mesmo tempo, marcas do próprio processo enunciativo na materialização discursiva e, por conseguinte, criam um efeito de proximidade entre os parceiros da atividade linguageira encenada e projetada no conto em análise, quais sejam: Capitu (enunciador) e Sancha (enunciatário), que interagem virtualmente por meio de uma carta (enunciado).

Observa-se, ainda, a funcionalidade discursiva projetada pela conjunção “mas”, inscrita na primeira linha do referido excerto, que possui natureza sintática contrajuntiva, uma vez que é uma conjunção adversativa. Tal vocábulo exprime sentido de contraste entre as informações projetadas nos enunciados que lhe antecedem em relação às que lhe sucedem no encadeamento textual. Nesse mesmo sentido, também é viável identificar a natureza coesiva dos vocábulos “agora” (advérbio de tempo) e “assim” (conjunção), que, em alguma medida, configuram-se elos semânticos entre os enunciados e os sentidos neles inscritos.

A palavra “agora”, por sua vez, propicia uma conexão semântica e temporal entre as informações que lhes são precedentes e as que serão inscritas na sequência. Ou seja, Capitu ressalta que, durante muito tempo, pensara em escrever à amiga, com vistas a esclarecer os fatos que ficaram mal resolvidos, mas que, por não conseguir conjecturar a maneira mais apropriada de fazê-lo, preferiu manter-se no silêncio de um afastamento forçado e de uma morte fictícia. Observa-se, portanto, que, nas primeiras linhas do excerto em análise, a carta se refere a um tempo passado ao momento da enunciação. Após a inserção do advérbio de tempo “agora”, ao passo que se estabelece um contraponto temporal quanto aos fatos narrados anteriormente, os escritos direcionam o leitor ao exato momento da enunciação, em que Capitu corporifica seu discurso na carta, evidenciando, também, uma mudança de atitude, já que ela se propõe a discorrer sobre fatos inquietantes de seu passado conturbado.

Quanto à conjunção “assim”, percebe-se que esse vocábulo não só contribui para a articulação entre os enunciados inscritos no trecho supracitado, mas, também, fundamenta a construção de um espectro de coerência para este. Isto é, previamente, Capitu revela que instituiria um responsável – sem desvelar quem, porém – para certificar-se de que sua carta seria encaminhada às mãos de Sancha apenas posteriormente a sua morte. Logo, ao projetar a expressão “Sei, assim”, os escritos de Capitu convidam o leitor, com vistas a compreender a globalidade discursivo-significativa desse trecho, a retomar o enunciado anterior, uma vez que a referida conjunção possui natureza sintática conclusiva, apresentando, então, uma relação de dependência semântica entre os enunciados que interliga. Desse modo, os enunciados posteriores à conjunção aludida, a fim de que se configurem significativos, portanto, coerentes, dependem da habilidade leitora do enunciatário: é necessário que o leitor compreenda que “não haverá mais resposta possível neste mundo [para a carta]” e que ela “não têm mais o poder de mudar o curso dos acontecimentos” porque, conforme o texto sugere, Capitu já não estaria viva quando a correspondência fora encaminhada ao destinatário.

Diante disso, reconhece-se que, no processo de interpretação de textos, conforme já observado, “a superfície textual não é decisiva em si mesma; para conseguir que a comunicação seja eficaz, há de existir interação entre a coesão e as outras normas de textualidade” (Beaugrande; Dressler, 1997, p. 37, tradução livre). Nesse sentido, ressalta-se a necessidade de se depositar um olhar mais atento tanto ao conteúdo inscrito no texto com o qual se interage, bem como às relações que este estabelece com o conteúdo projetado em materiais discursivos anteriores a ele. Ou seja, também devem fazer parte do processo de ressignificação textual os princípios de **informatividade** e de **intertextualidade**.

Nessa perspectiva, é necessário retomar que textos possuem como característica imanente uma natureza responsiva (BAKHTIN, 2011), em que todo texto, oral ou escrito, verbal ou não-verbal, em alguma medida, (co)responde semanticamente a um anterior, e assim sucessivamente. Esse processo infinito de incorporação, em que há uma relação de causa e efeito entre os materiais discursivos que circulam nas relações sociais pela linguagem, culminando na produção de sentidos incorporados ou transformados, a partir de uma nova perspectiva, em um jogo de retextualização de um já dito, denomina-se intertextualidade.

Considerando, portanto, que, em maior ou menor proporção, explicita ou implicitamente, os textos carregam em si fragmentos de outros textos produzidos anteriormente, ressalta-se que sua legibilidade repousa, por conseguinte, sobre um já-dito e, consecutivamente, sobre um já-lido, projetando um elo semântico articulado à memória sociodiscursiva dos sujeitos, interlocutores no processo interativo. Além disso, de acordo com Koch (2004), ao inscreverem novas informações, mesmo que relacionadas a outras precedentes, é preciso que os textos confirmem certo equilíbrio entre informação dada e informação nova, uma vez que todo material discursivo totalmente inédito ao leitor/enunciário dificultaria ou impediria seu processamento semântico.

Voltando-se ao objeto de estudo aqui apresentado, faz-se relevante ressaltar que Ana Maria Machado alicerça seu discurso, em um primeiro momento, convidando o leitor, mesmo que indiretamente, a retomar o enredo de *Dom Casmurro*, para, consecutivamente, apresentar uma nova perspectiva quanto aos fatos narrados no texto. Logo, a partir de uma intertextualidade premeditada, a autora propõe uma releitura da obra machadiana, afastando-se das verdades prontas e acabadas nela inscritas pela voz de Bento Santiago, com vistas a derrubar concepções tidas como irrevogáveis e, por conseguinte, desfazer suposições que as sustentam. Assim sendo, concebe-se lúcido inferir que, embora a intertextualidade seja fundamental à inferência de sentidos na análise aqui desenvolvida, esse fator de textualidade constitui-se apenas em um elo semântico estabelecido entre o referido romance e o conto *Uma mulher audaciosa*, para, então, apresentarem-se informações novas/atualizadas a partir das brechas semânticas inscritas no romance.

A princípio, deve-se resgatar que o texto em análise diz respeito a uma carta escrita por Capitu, quarenta anos depois de sua partida, tendo como remetente sua amiga Sancha. O texto já principia desfazendo um paradigma posto em *Dom Casmurro*, uma vez que Capitu se revela, por meio do discurso escrito, e conta que

vivera até os 68 anos de idade, desmentindo, então, a suposta morte que teria se dado vinte anos atrás. Em sua carta, a personagem machadiana, revisitada por Ana Maria Machado, esclarece que estabeleceu uma condição para que o filho, Ezequiel, retornasse ao Brasil, para visitar o pai: o rapaz deveria escrever para Bento Santiago, contando a ele que a mãe estava morta e enterrada, já que, da parte dela, não restava nenhum desejo de contato com o marido – que a julgara sem permitir que ela apresentasse argumentos –, nem, ao menos, laços afetivos com a vida anterior. Quanto a isso, observe-se o excerto a seguir.

Quando ele [Ezequiel] completou os estudos, quis muito voltar ao Brasil e ver o pai. Eu não tinha como impedi-lo, nem podia contar-lhe os verdadeiros motivos da separação. [...] De minha parte, porém, eu não desejava mais contato algum com Santiago. Para mim, estava morto. Como eu para ele. Impus, então, uma condição para que meu filho retornasse ao Brasil. Primeiro, ele escreveria para o pai, contando que eu estava morta e enterrada. Não faria mesmo diferença para ninguém, já que eu não tinha mais família e havia anos não trocava notícias contigo, minha única amiga. Ninguém sofreria com essa mentira. Em seguida, ele embarcaria para o Brasil, trajando luto, e procuraria o pai. (MACHADO, 2006, p. 47).

Também, rememorando acontecimentos de sua vida no Brasil, Capitu retoma o episódio em que, na encomendação de Escobar, marido de Sancha, que morrera afogado, Santiago projeta conclusões precipitadas quanto ao olhar que ela depositara ao falecido. Tomando posse da palavra, então, Capitu esclarece que, no dia anterior ao infortúnio, após presenciar ações que denunciariam uma suposta traição de seu marido com Sancha, ela chegara a pedir aos céus a morte destes, ou, até mesmo, a dos traídos, acreditando que, então, o casal de amantes poderia se consolar um nos braços do outro.

Diante disso, observando o sofrimento da amiga, Capitu expõe que se sentira culpada, como se o trágico afogamento fosse resultado de suas petições. Logo, por ser imensurável o remorso, olhando fixamente para o cadáver, ela chega ao ponto de querer a morte para si própria. Isso explicaria a intensidade de seu olhar para o corpo órfão de alma de Escobar, a qual fora identificada e mal compreendida por Santiago, que estava com a capacidade reflexiva comprometida pelos ciúmes desacerbados. Essas proposições são comprovadas no trecho a seguir:

Ao regressar [da igreja], soube que Santiago fora chamado às pressas à tua casa, porque teu marido se afogara. Não pude deixar de recordar, imediatamente, que ainda na véspera eu pensara em sua morte, e na minha também. Igualmente pensara na tua morte e na de seu marido, cheguei a pedir aos céus que elas se abatessem, tão ferida e dilacerada me encontrava eu com a descoberta da traição. Devido à lembrança dessas orações

recentes, sentia-me como se meus pensamentos houvessem provocado a tragédia, como se a morte dele, tua viuvez e a orfandade de minha afilhada tivessem como causa única meus desejos secretos. Ao chegar a hora da encomendação e da partida do corpo, teu desespero foi muito além do que eu podia suportar. Ao olhar fixamente o cadáver, supliquei com todas as minhas forças que ele me levasse consigo, pensei em lançar-me ao mesmo mar que o levara e que agora me atraía, como se a única maneira de findar meu sofrimento fosse ser tragada pela mesma ressaca que o arrebetara e ainda bramia diante da casa. (MACHADO, 2006, p. 43-44).

Nesse mesmo viés, o texto faz referência ao fato de a semelhança entre Ezequiel e Escobar ser o principal argumento apresentado por Santiago para fundamentar e comprovar suas alegações quanto à suposta traição da esposa, que, há tempo, estaria a se comportar de maneira muito íntima e dissimulada com o marido de sua melhor amiga. Capitu, por sua vez, a fim de questionar e pôr à prova esse raciocínio lógico apresentado pelo marido para acusá-la, retoma o fato de que também se comentava a grande semelhança, física e temperamental, reconhecida entre ela e a mãe de Sancha. Esse jogo semântico de retomada e de inserção de uma nova informação proporciona a apresentação de um contra-argumento ao discurso ferozmente defendido por Santiago, que é projetado na inscrição de suas memórias na obra machadiana, conforme se observa no próximo excerto:

Santiago passou então a acusar-me de ter tido meu filho com teu marido! Era demais! Até os defuntos! Nem os mortos escapavam aos seus ciúmes! Eu sabia a razão. Era a casualidade da semelhança. Como se não houvesse na natureza... Seguramente te recordas de que teu pai mesmo gostava de mostrar como eu era parecida com o retrato de tua mãe que pendia na parede da sala. Lembra-se sua insistência em mostrar como nossas feições eram semelhantes, a testa principalmente e os olhos. Dizia até que nosso gênio era um só, parecíamos irmãs. Por isso, tu e eu seríamos tão amigas... (MACHADO, 2006, p. 46).

Enfatiza-se, diante do exposto, a importância da propriedade conferida à Capitu de redirecionar a interpretação dos fatos apresentados sobre suas ações, as quais foram descritas em *Dom Casuarro*, e dar um novo sentido a eles, produzindo a própria versão da história narrada, independentemente do que fora pressuposto na narrativa machadiana. Sendo assim, por meio dos princípios de intertextualidade e da informatividade, Capitu tem o poder de representar, na obra de Ana Maria Machado, uma versão que havia sido ocultada na história criada por Machado de Assis e narrada pela perspectiva unilateral de Bentinho, o que amplia ainda mais o leque de possíveis realidades projetadas. Assim, reconhece-se que a realidade não preexiste ao discurso; não temos acesso ao real, o que se tem são representações construídas sobre o mundo, sendo essas versões próprias dos

eventos sociodiscursivos e das concepções ideológicas dos sujeitos que nela interagem. Todo texto, portanto, é uma versão, uma interpretação do fato ocorrido, a história “verdadeira” está inapreensível.

Retomando, por fim, que ao se apropriar de um sistema de signos (linguísticos ou não), o enunciador desenvolve um projeto enunciativo, a fim de projetar seu dizer em um universo discursivo e, por conseguinte, interagir com um “outro”. Reconhece-se, então, a importância do interlocutor para a efetivação da atividade interativo-comunicativa. Ou seja, de acordo com Bakhtin (2011, p. 271), o enunciatário “ao perceber e compreender o significado (linguístico) do discurso, ocupa simultaneamente em relação a ele uma ativa posição responsiva: concorda ou discorda dele (total ou parcialmente), completa-o, aplica-o, prepara-se para usá-lo, etc.”.

Essa concepção traz à baila a relevância de, no processo de inferência dos sentidos inscritos na profundidade textual, considerar-se também o princípio de **aceitabilidade**, que, conforme Koch (2004), diz respeito ao fato de um texto configurar-se um material discursivo coerente e significativo ao interlocutor, portanto, aceitável.

Diante disso, e considerando a análise do conto *Uma mulher audaciosa*, percebe-se que o referido fator de textualidade apresenta certa dificuldade de ser avaliado, uma vez que circula em torno de uma questão extremamente subjetiva, dependendo dos conhecimentos construídos pelo enunciatário em suas relações discursivas. Assim, para que o conto em análise se configure aceitável, o enunciatário deve acionar diversos conhecimentos armazenados em sua memória, não só de ordem linguístico-pragmática, mas principalmente de ordem contextual, sociocultural e interdiscursiva.

Ressalta-se, entretanto, que, embora a aceitabilidade dependa dos conhecimentos de cada leitor, o conto analisado configura-se aceitável, uma vez que preenche perfeitamente os fios soltos deixados no supracitado romance machadiano, conferindo credibilidade ao discurso projetado, bem como tornando a releitura apresentada semanticamente crível. Além disso, o conto possibilita ao leitor que seja estabelecido um parâmetro entre as duas narrativas, uma apresentada pela visão de Santiago quanto aos fatos narrados, e outra conferida pela perspectiva de Capitu, criando um simulacro discursivo, como se cada uma das personagens recebesse a oportunidade de apresentar sua defesa e seu posicionamento diante das acusações e desconfianças levantadas na narrativa do livro *Dom Casmurro*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reconhecendo a complexidade que envolve o processo de ressignificação textual, este estudo se propôs a delinear um percurso teórico-metodológico baseado nos fatores de textualidade postulados por Beaugrande e Dressler (1997). Para tanto, desenvolveu-se a análise do conto *Uma mulher audaciosa*, de Ana Maria Machado, evidenciando que, para além dos fatores pragmáticos cotextuais, os

sentidos são resultados de conexões sociocognitivas e discursivas estabelecidas pelos interlocutores a partir de um material discursivo.

Nesse mesmo sentido, observou-se que um mesmo texto pode significar de maneiras distintas dependendo do olhar lançado pelo leitor sobre ele. Isso, todavia, não significa que o texto está aberto a qualquer significação: ao materializar seu discurso, o enunciador desenvolve um projeto enunciativo, visando a transmitir algo ao seu enunciatário, e, para tornar o seu discurso inteligível, deixa marcas enunciativo-pragmáticas no texto, a fim de conduzir o processo de inferência de sentidos. Ou seja, há sentidos que mais se aproximam da finalidade discursiva proposta pelo enunciador, e alcançá-la depende muito da habilidade leitora do sujeito que com ela interage, bem como do conhecimento compartilhado entre os sujeitos da troca linguageira – autor/enunciador e leitor/enunciatário.

Cumprindo ainda ressaltar que a habilidade de resgatar os sentidos inscritos no texto não é uma atividade natural, nem uma ação individual desvinculada do meio sociocultural em que se está inserido. Além disso, a interpretação de textos não se configura apenas por extrair informações explícitas e objetivas, pois há uma interação entre autor-texto-leitor, em que a compreensão pode implicar perceber aquilo que vai além do texto, que está implícito e, muitas vezes, requer a busca pelo que já fora dito em outros textos. Logo, para que o discurso subjacente à materialidade linguística seja identificado, faz-se necessária a mobilização de conhecimentos não só de ordem linguística, mas, também, contextuais e sociodiscursivos.

Por fim, evidencia-se que o aprofundamento de estudos envolvendo textos é de grande valia para qualificar, consecutivamente, o trabalho cotidiano quanto à língua e à linguagem no espaço escolar, visto que, construído um percurso de leitura e identificados os fatores (linguísticos ou socioculturais) que interferem na recuperação dos sentidos inscritos no texto, é possível desvelar como ocorre a significação. Ao compilar alguns estudos desenvolvidos na área da Linguística Textual – como os que envolvem os fatores de textualidade –, obtêm-se, portanto, conhecimentos úteis à prática pedagógica, pois se constrói um arcabouço teórico-metodológico norteador na mediação da (re)construção dos possíveis sentidos projetados no texto, considerando as presumíveis barreiras – cognitivas, linguísticas, temporais, sociais – que possam condicionar a percepção dos sentidos e a interação entre determinado material discursivo e o aluno leitor.

Notas

¹ Considerando que há uma grande profusão de posicionamentos a respeito de concepções teóricas para texto, cumpre ressaltar que, neste estudo, discutem-se perspectivas propostas pela Linguística textual.

² O conto *Uma mulher audaciosa* foi veiculado, inicialmente, como parte integrante do livro *A audácia dessa mulher*, de Ana Maria Machado, sendo, apenas anos mais tarde, inscrito na coletânea *Histórias de quadros e leitores*, como texto independente, em formato de conto.

Ressalta-se, então, que o estudo aqui apresentado se debruça sobre esta última versão do referido texto.

³ São abordadas, aqui, a título de exemplificação, **apenas algumas** das inúmeras ocorrências conectivas inscritas no conto em análise, uma vez que a riqueza da tessitura textual arquitetada por Ana Maria Machado em seus escritos confere a projeção de uma diversa gama de recursos coesivos, o que demandaria um estudo mais detalhado e, portanto, mais amplo sobre esse aspecto.

Referências

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: _____. *Estética da criação verbal*. 6. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011. p. 261–306.

BEAUGRANDE, R.; DRESSLER, W. U. *Introducción a la lingüística del texto*. Barcelona: Editora Ariel, 1997.

KOCH, I. G. V. *Introdução à lingüística textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. 3-47.

MACHADO, Ana Maria. Uma mulher audaciosa. In: LAJOLO, Marisa. *Antologia de contos contemporâneos: Histórias de quadros e leitores*. São Paulo: Moderna, 2006. p. 39-49.

Para citar este artigo

MOURA, Rafael Da Silva. Do processo de (re)significação textual: os fatores de textualidade como dispositivo de análise. *Miguilim – Revista Eletrônica do Netlli*, Crato, v. 7, n. 3, p. 706-725, set.-dez. 2018.

O autor

Rafael Da Silva Moura é mestrando em Letras - Leitura e Formação do Leitor (PPGL/UPF) com bolsa Capes/Prosuc; graduado em Letras (UPF-2016); professor de Língua Portuguesa e Língua Inglesa na rede privada de ensino na cidade de Sarandi/RS.